



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

39ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

19 de março de 2013

**BRASÍLIA-DF
2013**

1 Aos dezenove e vinte dias do mês de março do ano de dois mil e treze, reuniu-se no Auditório da
2 Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra 514, Bloco C,
3 Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da
4 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República –
5 CNPIR/SEPPIR/PR, para a sua Trigésima Nona Reunião Ordinária, com a participação dos
6 seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de entidades da Sociedade Civil: **Ubiraci**
7 **Dantas de Oliveira** – (titular) CNAB, **Rosane Borges** – Representante Notório, **David Raimundo**
8 **Santos** – (titular) EDUCAFRO, **Sofia Débora Levy** – (titular) CONIB, **Estela Maris Cardoso** –
9 (titular) FNMN, **João Fernando G. Abreu** – (titular) FENAFAL, **Valdecir Pedreira do**
10 **Nascimento** – Representante Notório, **Paulino de Jesus Francisco Cardoso** – (titular) ABPN,
11 **Bárbara Angely Piemont e Silva** – (titular) CEDRO, **Ualid Hussein Ali Mohd Rabad** – (titular)
12 **FEPAL**, **Helcias Roberto Paulino Pereira** – (titular) APN's, **Arilson Ventura** – (titular) CONAQ
13 **Clédisson Geraldo dos Santos Júnior** – (titular) ENEGRECER, **Angela Maria da Silva Gomes**
14 – Representante Notório, **Manoel Júlio de Souza Vieira** – (titular) UNEGRO, **Valkiria de Souza**
15 **Silva** – (titular) CENARAB, **João Carlos Borges Martins** – (titular) ANCEABRA, **Maria**
16 **Conceição Lopes Fontoura** – (titular) AMNB, **Maria Júlia Reis Nogueira** – (titular) CUT, **Ana**
17 **Cristina dos Santos Duarte** – (titular) UGT; Conselheiros e Conselheiras representantes de
18 Órgãos governamentais: **Daniel Mendonça Lage da Cruz** – (suplente) Casa Civil/PR, **Lucy Góes**
19 **da Purificação** – Secretária Executiva Interina da SEPPIR, **Taís Machado** – (suplente) SPM/PR,
20 **Ana Luísa Teixeira de Campos** – (suplente) MMA, **Rosângela Rigo** – (titular) SPM/PR, **Aida**
21 **Rodrigues Feitosa** – (titular) MMA, **Eloá França Magalhães** – (suplente) MPOG, **Solange do**
22 **Nascimento Lisboa** – (titular) MDS, **Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso** – (titular)
23 **MPOG**, **Maria Auxiliadora Lopes** – (suplente) MEC, **Fernanda de Carvalho Papa** – (suplente)
24 **SNJ/SE/PR**, **Maria Lúcia de Santana Braga** – (suplente) MCTI/CNPQ, **Angela Cristina dos**
25 **Santos Guimarães** – (titular) SNJ/SE/PR; Convidados e Convidadas: **Angela Maria de Lima**
26 **Nascimento** – SEPPIR/SPAA, **Albino Ernesto Júnior** – Assessoria Parlamentar/SEPPIR, **Artur**
27 **Antônio dos Santos Araújo** – ASPAR/SEPPIR, **Camila L. Gomes** – ME, **Mônica Oliveira** –
28 **SPAA/SEPPIR**, **Carlos Alberto Souza Silva Júnior** – Ouvidor/SEPPIR. As atividades da
29 Trigésima Nona Reunião Ordinária iniciaram no dia dezenove de março, com a seguinte
30 programação: **Item 1 – ABERTURA:** Os trabalhos da Trigésima Nona Reunião Ordinária do
31 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do CNPIR/SEPPIR/PR, foi iniciada pela
32 Conselheira Presidenta, **Ministra Luiza Bairros**, da Secretaria de Políticas de Promoção da
33 Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR/PR, que procedeu à abertura da 39ª
34 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR, saudou os
35 membros do Conselho e demais convidados presente à Trigésima Nona Reunião Ordinária do
36 CNPIR, passou para a **Lucy Goes**, Secretária de Planejamento e Formulação de Políticas e **Sérgio**
37 **Pedro**, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR
38 para farem suas saudações aos presentes e após verificação do quorum foi instalada a 39ª Reunião
39 Ordinária. **Item 02 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR DO CNPIR:** A ata
40 da reunião da 38ª foi aprovada com a seguinte alteração proposta pelo Conselheiro Cleidisson
41 Junior: “Constar à proposta da Conselheira Angela Maria da Silva Gomes da importância da
42 análise de conjuntura periodicamente na reunião do Conselho e sendo aprovada para as próximas
43 reuniões”. **Item 03 – INFORMES GERAIS:** O convidado **Albino Ernesto Poli Júnior**, da
44 Assessoria Internacional da SEPPIR, informou sobre o contexto do seguimento da Conferência das
45 Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), a Rio+20, e no que se refere ao
46 debate em torno da construção de uma agenda de desenvolvimento pós 2015, a Secretaria-Geral da
47 Presidência da República (SG/PR), convidada pelo Programa das Nações Unidas para o
48 Desenvolvimento (PNUD), tem buscado fomentar o processo de participação social acerca desse
49 tema prioritário para o Brasil. Trata-se da Consulta Nacional Pós-2015 “O mundo que nós
50 queremos”, para a qual a sociedade pode apresentar contribuições até 25 de março. O processo
51 consiste na realização de ampla consulta à sociedade civil de cinquenta países selecionados com

1 vistas à definição das prioridades e necessidades que devem ser contempladas na elaboração da
2 Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, data limite inicialmente prevista para que os países
3 membros das Nações Unidas alcancem as metas traduzidas nos oito Objetivos de Desenvolvimento
4 do Milênio (ODMs). A Consulta Nacional Pós-2015 “O mundo que nós queremos” é uma
5 oportunidade para o movimento negro trazer a questão racial para a construção da agenda de
6 desenvolvimento da ONU. As consultas estão sendo realizadas desde janeiro e vão até o dia 25
7 deste mês, por meio de questionários, votações pela internet e reuniões in loco. O resultado dessas
8 consultas comporá o relatório a ser apresentado pelo Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, aos
9 líderes globais na próxima Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a ser
10 realizada em setembro de 2013. Para participar, devem ser respondidos os seguintes documentos:
11 Questionário Consultas Pós-2015 e Pesquisa de opinião sobre prioridades de mudança, que traz o
12 item "Eliminação do preconceito e da discriminação". Trata-se do primeiro passo de um contínuo
13 processo de amplas consultas que a Secretaria-Geral da Presidência da República pretende
14 promover sobre o tema junto à sociedade brasileira. A discussão acerca da Agenda Pós-2015 e do
15 seguimento à Rio+20 será aprofundada inicialmente em um Seminário, a ser realizado em abril de
16 2013, que poderá subsidiar a posição que o Brasil adotará nas negociações internacionais sobre o
17 tema. **Conselheira ANGELA MARIA DA SILVA GOMES** (Representante de Notório
18 Conhecimento nas Questões Raciais) – Informou que no meio ambiente a participação dos negros é
19 pequena e o debate sobre a questão e a exposição aos riscos ambientais e do racismo ambiental
20 acaba ficando em segundo plano. Outra questão é também relativa aos direitos da biodiversidade.
21 Estamos avançando na questão das convenções, na convenção da biodiversidade, e não avança na
22 questão do direito dos povos tradicionais, em relação ao uso dessa biodiversidade. E essa
23 convenção da biodiversidade está caindo nas mãos das multinacionais que vão praticamente limitar
24 o acesso ao uso das nossas comunidades. Então, temos duas grandes frentes para serem colocadas,
25 uma é a questão dos riscos ambientais, incidindo e sendo reforçado com o discurso do racismo, e o
26 outro é a questão do acesso e o reconhecimento desses saberes de tradição, de matriz africana, de
27 comunidades tradicionais, esses saberes têm de ser territorializados, e essa territorialização, o que
28 tememos, é que a concentração do capital pelas multinacionais cheguem a um ponto em que esse
29 acesso vai ficando cada vez mais restritivo. Já começou com lei de patente e, agora, a convenção
30 da biodiversidade também. **Conselheiro FREI DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS** (Educação
31 de Carentes e Afrodescendentes – EDUCAFRO) – informou que chegou ao STF o processo contra
32 o feriado de Zumbi. Convocou todas as entidades para pensa articular um movimento forte para
33 defender o feriado de Zumbi, que já está no STF, e caiu na mão do Ministro Teori, ministro novo.
34 Não sabemos ainda qual é a posição dele em referência à causa de nosso povo negro. Segundo,
35 pedir à Ministra a dar um informe de como está, no momento, a luta e as articulações internas no
36 governo, em vista das cotas no serviço público. **Conselheiro UBIRACI DANTAS DE
37 OLIVEIRA** (Congresso Nacional Afro-Brasileiro) – falou da preocupação com a segurança
38 nacional e atinge uma comunidade nossa bastante importante, os trabalhadores rurais. A área de
39 etanol está sendo, em termos de usina, tomada pelas multinacionais em todo território nacional. As
40 condições de trabalho desses trabalhadores, que começou pelo Paraná e foi se desenvolvendo, o
41 número de trabalhadores de nossa raça, de nossa comunidade é bastante grande nesse setor. A
42 precarização está visivelmente aprofundada a partir do momento em que essas usinas foram
43 adquiridas por indústrias multinacionais. Essa é uma preocupação que temos tido, na medida em
44 que dá para contar numa mão às usinas que hoje são do povo brasileiro, indústria nacional,
45 genuinamente nacional. O Convidado, **Artur Antônio dos Santos Araújo**, Assessor Parlamentar
46 da SEPPPIR, fez o informe que a SEPPPIR acompanha o andamento de projetos em tramitação no
47 legislativo relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial. A temática
48 racial está na pauta do Congresso Nacional. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade
49 Racial - SEPPPIR, por meio de sua Assessoria Parlamentar, acompanha o andamento de projetos,
50 atuando de forma a defender as proposições que contribuam para o avanço da pauta e rejeitando as
51 que possam implicar em retrocessos e perda de direitos da população negra. Atualmente, a
52 Secretaria possui um banco de dados com mais de 180 proposições. Destas, 31 têm maior

1 relevância para a questão racial, em sua maioria na área de ações afirmativas. Somente para este
2 ano, existem 10 proposições prioritárias tramitando na Câmara dos Deputados e Senado Federal
3 nas áreas de ações afirmativas e comunidades tradicionais. Destaque para a Proposta de Emenda à
4 Constituição - PEC nº 02/2006, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo é
5 promover a igualdade de oportunidades e inclusão social da população negra, principalmente em
6 políticas voltadas à habitação, educação e formação profissional deste segmento, sem prejuízo de
7 investimento em outras áreas. Outras propostas importantes para a SEPPIR são o Projeto de Lei -
8 PL nº 7447/2010, que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de
9 desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; e o PL nº 2853/2008, que
10 institui isenção do Imposto Territorial Rural para os imóveis rurais de propriedade de
11 remanescentes de comunidades quilombolas. Entre as proposições já sancionadas favoráveis à
12 população negra, destacam-se o PL nº 3198/2000, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial,
13 bem como o Projeto de Lei da Câmara - PLC nº 180/2008, que objetivou assegurar 50% das vagas
14 das universidades federais e estaduais e das instituições de ensino técnico federais para estudantes
15 oriundos de escolas públicas. Vale destacar que a ação de combate ao racismo no futebol presente
16 na Lei Geral da Copa (fruto do PL nº 2330/2011), sancionada em 2012, é resultado de articulação
17 da SEPPIR durante análise e aprovação da proposta no Congresso Nacional. A articulação da
18 SEPPIR com o poder legislativo federal também se dá por meio do diálogo constante com
19 parlamentares sobre o papel e atribuições do órgão, além da intermediação e aproximação destes
20 com lideranças tradicionais de matriz africana, quilombolas e ciganas do país. A Secretaria também
21 propõe a realização de audiências públicas, debates e seminários acerca da política da promoção da
22 igualdade racial, participando de atividades que tratam de temas como violência contra a juventude
23 negra, cotas para negros no serviço público, combate à discriminação das tradições africanas.
24 Sugeriu que o CNPIR inclua na pauta das próximas reuniões a “Agenda da igualdade racial no
25 Parlamento”: Importância da atuação da Sociedade Civil no Congresso Nacional; A lista de
26 Projetos mais relevantes e prioritários da SEPPIR no Congresso para 2013; Atividade Legislativa e
27 Processo Legislativo Federal (Congresso Nacional: funções, atribuições, composição, Frentes
28 Parlamentares, Comissões...); Sugestão de Temas para propor a realização de Audiências Públicas
29 com a Participação do CNPIR. Conselheira **Maria Conceição (Representante da Articulação de**
30 **Mulheres Negras Brasileiras no CNPIR)** informou do falecimento da secretária estadual de
31 Políticas para as Mulheres, Márcia Santana, 35 anos, 12/03/13, em casa, no bairro Jardim do Salso,
32 em Porto Alegre. Segundo informações da Polícia Civil, ela estava com familiares quando teria
33 passado mal e desmaiado. Trabalhou pela defesa da infância e fim da exploração sexual de crianças
34 e adolescentes no Rio Grande do Sul e no Brasil, bem como no combate à violência doméstica.
35 Também era militante do movimento negro. Também informou do lançamento da obra Mulheres
36 Negras na Primeira Pessoa e que a AMNB está participando, e trouxe alguns volumes, que traz
37 histórias de várias mulheres negras deste país. Sobre as do Rio Grande do Sul são duas. Uma, o
38 relato de uma mulher, empregada doméstica que, com seu trabalho simples, conseguiu fazer com
39 que as filhas estejam estudando. Ambas estudam na Universidade Federal. Uma já está fazendo
40 doutorado aqui em São Paulo. A outra é uma brilhante acadêmica de História. Trouxe alguns livros
41 e, depois, passarei para as companheiras e companheiros. **Conselheiro Ualid Hussein (FEPAL)**
42 informou sobre a 2ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, de 16 de abril a 28 de abril de
43 2013. Objetivos são: 1. Prestar Solidariedade ao povo palestino; 2. Levar representantes da
44 sociedade civil brasileira para conhecer a realidade da ocupação sionista das terras palestinas; 3.
45 Trazer informações sobre a palestina, repercutindo nos meios de comunicação de massa alternativa
46 no Brasil. **Conselheiro CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS JÚNIOR** (Coletivo Nacional
47 de Juventude Negra – Enegrecer) – informou sobre a Conferência Nacional Dez Anos de Política
48 Externa 2003-2012, que se realizará entre os dias 15 e 18 de julho deste corrente ano, na cidade de
49 São Bernardo do Campo, no campus da Universidade Federal do ABC, no ABC Paulista. A
50 conferência está sendo realizada pelo Grupo de Reflexão Sobre Relações Internacionais. É um
51 grupo que envolve pessoas, militantes que atuam e estudam política externa, ou seja, diplomatas do
52 campo progressista, dirigentes partidários de relações internacionais, movimentos sociais, líderes

1 sindicais, que pautam a política externa enquanto objeto de estudo e atuação. Informar que, entre
2 os nossos painéis, um deles é reservado à política externa Brasil e África e políticas de igualdade
3 racial. **Conselheiro João Carlos (ANCEABRA)** informou do I Seminário Nacional de
4 Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-brasileiro, no dia 20 de dezembro de 2012,
5 organizado pelo Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros de São Paulo
6 (CEABRA/SP), com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
7 (SEBRAE). Disse que fará o curso para conselheiros nacionais. **Conselheira Valdecir Nascimento**
8 **(Notório)** informou da realização do Debate: “Pelo Bem Viver das Mulheres: Contra o Extermínio
9 da Juventude Negra”, que visa prestar atendimento as mães, cujo os filhos e filhas foram mortos
10 vítimas de homicídio, em Salvador/BA. Informou também que o ODARA, hoje responsável
11 pela articulação das mulheres negras do Norte e do Nordeste do Brasil, vão realizar a primeira
12 reunião com os nove estados do Nordeste, em Pernambuco, nos dias 29 e 30 de abril, na
13 perspectiva de discutir uma reorganização, reestruturação das mulheres negras na nossa região.
14 **Conselheira Angela Guimarães (SNJ)** informou processo de votação do Estatuto da Juventude no
15 Senado Federal e que o Conselho Nacional de Juventude montou uma comissão para pressionar os
16 senadores para que o projeto seja votado. **Conselheira Valkiria de Souza (CENARAB)** informou
17 que participou representando o CNPIR no “Diálogos Governo e Sociedade Civil – OGP”, em
18 Brasília, entre os dias 13 e 15 de março de 2013. A “Parceria para Governo Aberto” (Open
19 Government Partnership - OGP), a qual pretende difundir e incentivar globalmente práticas
20 governamentais relacionadas à transparência dos governos, acesso à informação pública,
21 participação social e *accountability*. Também informou que fez contatos com diretores da ESAP e
22 disse que há interesse para realizar cursos com o tema Racial, Gênero e Diversidade e a Seppir
23 fazer contato para concretizar a ação. **Conselheira Rosane Borges (Notória)** informa o curso para
24 educadores sobre a lei 10.639/03 na Universidade Estadual de Londrina. Outra atividade que
25 também vem no lastro disso é o lançamento de uma série Novos Saberes, Novos Conhecimentos,
26 três livros. O Ouvidor da Seppir, Carlos Alberto, informou que está sendo realizada uma pesquisa
27 sobre a implantação da Lei 10.639/03 e está em fase de finalização. **Conselheiro Helcias Pereira**
28 **(APN’S)** falou da comemoração dos 30 anos dos Agentes Pastorais Negros, de 1 a 5 de Maio de
29 2013 nas cidades de Maceió e União dos Palmares em AL. **Conselheiro FREI DAVID**
30 **RAIMUNDO DOS SANTOS** (Educação de Carentes e Afrodescendentes – EDUCAFRO) – Falou
31 quando a UNIFESP adotou cota para negro, o negro entrava na Medicina com média no vestibular
32 40% abaixo da classe média. O jornal Estadão está com uma página inteira mostrando que a
33 diferença da nota do aluno que entrou sem cota para o que entrou com cota é quase nada. Isso está
34 mostrando que quem está entrando não é um negro quebrado, não é um branco quebrado. São os
35 38% do ensino médio público, que é classe média. É bom percebermos a violenta meritocracia que
36 essas cotas de 12,5% geraram na realidade brasileira. **A presidente MINISTRA LUIZA**
37 **HELENA DE BAIROS** – opinou que São questões que teremos aprofundar mais, porque o
38 decreto que regulamenta a lei de cotas criou um comitê de acompanhamento da implementação da
39 Lei, exatamente com a intenção de ver possíveis desvios e, também, procurando ver as vantagens
40 que essa implementação tem. Vamos ter condições, ao longo do ano, de precisar um pouco melhor
41 os dados e ver que impacto foi esse, quem está entrando, quem não está entrando. **Conselheira**
42 **MARIA JÚLIA REIS NOGUEIRA** (Central Única dos Trabalhadores) – Boa tarde a todos e a
43 todas. Justificou seu atraso devido o Aeroporto de Imperatriz fechou. Informou a Central Única dos
44 Trabalhadores, nos dias 29 e 30 de abril, estarão realizando um seminário, onde o foco principal é
45 um debate sobre a não implementação da 10.639. Entende que o movimento sindical cutista pode
46 dar uma grande contribuição. Há conversa com o pessoal da CNTE (Conferência Nacional dos
47 Trabalhadores em Educação), para envolver os educadores na consciência da importância do que
48 significa a implementação da 10.639, certamente daremos um grande passo no combate ao racismo
49 neste país. **Conselheira CAMILA** (Ministério do Esporte) – Informou que a partir do dia 27 de
50 março estarão abertas as inscrições para o Bolsa-Atleta. As comunidades que tiverem interesse e
51 tiverem seus atletas queiram se inscrever, a partir do dia 27 de março, entrem no portal do
52 Ministério, que lá estarão maiores informações. **Conselheiro DANIEL** (Casa Civil) – fez um

1 reparo no que diz respeito ao caso das leis e das cotas nas universidades federais. Há uma comissão
2 que vai verificar efetivamente os problemas com a implementação da lei, as questões que podem
3 ser melhoradas. Agora, a lei guarda algumas aberturas. O decreto, sobretudo, guarda algumas
4 aberturas, para melhorarmos e conseguirmos incluir mais gente, gente que está na base da
5 sociedade, que são efetivamente as que precisam ser incluídas. Nesse sentido a crítica é muito
6 bem-vinda. O que o decreto fez? O decreto regulou o processo, e a gente trabalhou na Casa Civil
7 com o decreto de maneira genérica, de maneira que pudesse caber em todas as universidades. E ao
8 fazê-lo, ele deixou margem para que os processos seletivos sejam regulados no âmbito de cada
9 universidade. Vou dar um exemplo do que pode acontecer. Se se perceber, por exemplo, que os
10 alunos da escola pública estão com uma nota muito semelhante ou até uma nota que os permita
11 entrar fora do regime cotista, a universidade pode escolher colocar esse aluno na entrada regular e
12 abrir, portanto, uma vaga para quem está na base. Essa é uma possibilidade que o decreto abriu e
13 que compete a nós pressionar as universidades para que mandem o processo seletivo dessa
14 maneira. Na Casa Civil, enfrentamos um problema muito sério no momento de tecer as minúcias
15 da regulação. Seria muito complicado fazer isso. A gente deixou que as universidades, de alguma
16 maneira, tivessem um papel. A lei não é perfeita. Não estou aqui, de maneira nenhuma, como
17 membro da Casa Civil, para dizer que a lei ou o decreto são perfeitos. Não são. Mas eles têm
18 possibilidades que são auspiciosas e que se bem entendidas pelas universidades podem favorecer
19 esse processo, que é o processo que todos queremos, que o estudante público da base, o negro da
20 base da sociedade possa entrar nos cursos mais difíceis. **A SRA. PRESIDENTE** (Ministra Luiza
21 Helena de Bairros) – Encerrou os informes, e respondeu à pergunta que foi feita pelo Conselheiro
22 Frei David a respeito das cotas no serviço público. Ele anda exatamente no mesmo pé em que
23 estava quando terminamos o ano passado. Toda a proposta, naquilo que concerne a CNPIR, já foi
24 concluída. Ela depende e continua, até agora, dependendo da conclusão das conversas que já
25 aconteceram entre os técnicos, entre alguns gestores intermediários. Agora, é preciso pactuar isso
26 entre os Ministérios diretamente envolvidos, que são ANPIR, Casa Civil e o Ministério do
27 Planejamento. Nossa expectativa é que a gente consiga reabrir essa rodada de negociação agora no
28 início de abril, de maneira que a partir disso já tenhamos uma posição definitiva do governo. Para
29 que essa ideia, essa proposta seja levada à Presidência da República, ela precisa fundamentalmente
30 desse pacto entre os Ministérios envolvidos. E é exatamente nesse ponto que nos encontramos
31 agora. Não tenho notícia para dar sobre qual seria ou não seria o percentual que está sendo
32 proposto etc. Você tem a moldura da ideia que já está toda montada, mas não ainda com esse nível
33 de detalhe, porque aí é no nível ministerial que você resolve ou não. **ITEM 4 – Aprovação da**
34 **ordem do dia:** Foi aprovada a ordem do dia. **ITEM 5 – Análise das Agendas Transversais do**
35 **Plano Plurianual (PPA) 2012-2015:** Apresentação Lucy Goes, Secretária de Planejamento e
36 Formulação de Políticas e Daniel Avelino Diretor Substituto de Participação Social da Secretaria
37 Geral da Presidência da República. **Conselheira LUCY GÓES** (Secretária de Planejamento e
38 Formulação de Políticas SEPPIR) – iniciou dizendo que a Conselheira Rosário teve uma
39 participação ativa durante o processo de construção do PPA da CNPIR e que Foi uma pessoa que
40 teve como referência lá no Ministério do Planejamento. Apresentou o Programa de Enfrentamento
41 ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial da SEPPIR. O programa é composto de objetivos,
42 metas e também de iniciativas. Nesse Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da
43 Igualdade Racial, conseguimos definir 10 objetivos, 25 metas e 36 iniciativas. É oportuno observar
44 que a SEPPIR, no PPA passado, possuía três programas, que eram o PBQ – Programa Brasil
45 Quilombola; o Programa de Ações Afirmativas e o Programa de Gestão e Manutenção da SEPPIR.
46 Foi um importante avanço conseguirmos trazer a questão do enfrentamento ao racismo e promoção
47 da igualdade racial para dentro do PPA. O primeiro objetivo é o 0772, que é promover a
48 incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando
49 Ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios. Para esse objetivo tem duas metas. A
50 primeira meta é construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais
51 numa perspectiva de igualdade racial e de gênero. E a segunda meta é produzir e publicar relatórios
52 periódicos de monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluindo a

1 perspectiva de gênero. O objetivo 0773 é promover ações afirmativas no âmbito da ação
2 governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de
3 oportunidades. Para este objetivo, tem três metas: ampliar a proporção de negros em posições
4 valorizadas no serviço público; construir o cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito
5 das treze esferas de Governo e da iniciativa privada; e estabelecer acordos para inclusão da
6 população negra no mercado de trabalho. No objetivo 0774, é disseminar e adotar medidas que
7 garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da
8 igualdade racial. Nesse objetivo, tem duas metas que são: 1º – ampliar a capacidade de
9 acolhimento, apuração e resposta a denúncias de racismo, dando maior efetividade às ações do
10 estado no combate ao racismo no âmbito das instituições públicas; 2º – criar uma rede de atenção
11 integral às vítimas do racismo e de discriminação racial, articulando esforços de diferentes
12 instituições públicas. O objetivo é o 0776 que seria instituir medidas de prevenção e enfrentamento
13 ao racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições
14 públicas e privadas. E a meta para esse objetivo é ampliar o número de organizações públicas e
15 privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional. O objetivo
16 0777 é reverter representações negativas da pessoa negra que sustentam as ações de negação
17 simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura
18 negra em suas formas de existência e resistência. São três metas que correspondem a este objetivo.
19 A primeira é adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade
20 institucional da Administração Pública Federal e estimulações semelhantes no setor privado.
21 Segunda, fortalecer as organizações de mídia negra. E a terceira é realizar e apoiar campanhas de
22 valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da
23 cultura, memória e tradições afrobrasileiras. O próximo objetivo é 0778 que é estabelecer pactos
24 intersetoriais e interinstitucionais que revertam altas taxas de mortalidade precoce da população
25 negra, garantindo o seu direito à vida. E as metas que temos é reduzir a morbidade e a mortalidade
26 materna entre as mulheres negras e reduzir as mortes por homicídio na juventude negra. O objetivo
27 0984 diz respeito aos povos e comunidades tradicionais, é articular, acompanhar e fortalecer o
28 conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas. As metas que
29 correspondem a esse objetivo é assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700
30 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas; fortalecer o selo Quilombos do Brasil como
31 referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas; e implantar um
32 sistema de monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades
33 quilombolas. O objetivo 0985 também diz respeito às comunidades quilombolas, que é incentivar
34 ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.
35 Meta para esse objetivo é desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações
36 representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas. O objetivo 0986 também
37 diz respeito aos povos e comunidades tradicionais, é articular junto aos Ministérios e demais
38 órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e
39 programas sociais. As metas correspondentes são implantar sistema integrado de informações sobre
40 as ações governamentais para comunidade de terreiro e povos de cultura cigana e mapear as
41 comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas. Por último,
42 o objetivo 0987, que é realizar a regularização fundiária das comunidades quilombolas por meio de
43 delimitação, reconhecimento e indenização das benfeitorias e imóveis, desintração e titulação dos
44 territórios quilombolas. As metas correspondentes seriam “contratar o conveniado para elaboração
45 de relatórios antropológicos; decretar de interesse social 120 territórios quilombolas; demarcar,
46 certificar e titular desintraçados em nome das comunidades quilombolas; publicar 140 portarias
47 reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias; publicar 190 RTIDs, identificando
48 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias; e vistoriar, avaliar e indenizar 520 mil hectares de
49 terras inseridos nos territórios. observação que o processo de construção do PPA, a construção foi
50 uma experiência muito rica, porque teve a oportunidade não de ficar apenas com a equipe da
51 SEPPPIR reunida construindo esse instrumento de planejamento, teve a oportunidade de visitar
52 todos os Ministérios que trabalham a questão racial e outros que quase nunca tinha ouvido falar

1 sobre a questão racial. Foi importante porque conseguiu negociar muitas ações e a partir daí foi
2 possível o desenvolvimento de uma agenda transversal que será apresentada logo em seguida. Essa
3 metodologia do PPA permitiu que conseguisse transversalizar a questão racial, a questão de gênero
4 nas políticas públicas e nos diversos programas do Governo. E um dos pontos mais importantes
5 para enfatizar foi conseguir colocar a questão do enfrentamento ao racismo, que sempre foi um
6 mito. A Administração Pública não queria falar a respeito disso, a respeito do racismo. Foi
7 importante delimitar esse espaço colocando o enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade
8 enquanto programa de governo. Estão trabalhando o plano de ação com base no PPA. Esse ano
9 mesmo, tiveram um processo de elaboração do Plano de Ação 2013. É interessante você pegar
10 todos os objetivos, todas as metas e identificar ações que são passíveis de serem desenvolvidas
11 para atender a esses objetivos e metas. Trouxe um relatório de análise da execução orçamentária da
12 CNPIR no ano de 2013. Aqui vão ver todo o recurso que a CNPIR recebeu, já que esse é um
13 questionamento que é feito constantemente. Há todo o orçamento da CNPIR, tudo que foi gasto,
14 tudo que ficou em restos a pagar. Aqui vocês vão ter informações completas com relação à
15 execução orçamentária da CNPIR. **Conselheiro CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS**
16 (Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer) – perguntou se existe um valor definido e
17 qual foi o custeio, o valor gasto pelo Conselho no último período. De quanto é a rubrica do
18 CNPIR? Quanto se espera gastar? Quanto tem? **Conselheiro MANOEL JÚLIO DE SOUZA**
19 **VIEIRA** (UNEGRO) – Perguntou uma informação do objetivo 0987. Aqui está: órgão responsável
20 – Ministério de Desenvolvimento Agrário. Está combinado esse plano com eles? Porque você pode
21 fazer um plano e o Ministério responsável, às vezes, pode concordar, pode discordar. Por isso da
22 pergunta. Até que ponto o Ministério está envolvido na execução desse plano de 2012 a 2015?
23 **Conselheiro PAULINO DE JESUS FRANCISCO CARDOSO** (ABPN) – perguntou se está
24 previsto nesse plano alguma intervenção em relação às comunidades ciganas. Essa é uma dúvida.
25 Parabenizou pelas metas que focam na questão do monitoramento da política. Parece-me algo
26 extremamente importante. perguntou também das ações em relação à saúde da população negra.
27 **Conselheira ÂNGELA MARIA DA SILVA GOMES** (Representante de Notório Conhecimento
28 nas Questões Raciais) – Parabenizou a elaboração do plano. Fez um plano no estado do Rio de
29 Janeiro e viu o trabalho que dá e a dificuldade que há em elaborar um plano. Como sugestão, o
30 plano não pode se fechar muito, mas ao mesmo tempo, ele também não pode ser um instrumento
31 que fique como um documento arquivado de intencionalidade ou só de orientação de planejamento.
32 **Conselheira VALDECIR PEDREIRA DO NASCIMENTO** (Representante de Notório
33 Conhecimento nas Questões Raciais) parabenizou porque o processos de construção de PPA e ele
34 está bem enxuto, é melhor para monitorar e acompanhar e também é mais possível realizar. Não
35 viu as estratégias. Como por exemplo: “Eu vou fortalecer as comunidades quilombolas”. Como
36 está pensado esse fortalecimento? De que forma vamos fortalecer? Talvez a agenda transversal
37 traga, esta ansiosa para cumprir essa tarefa como conselheira que ainda não conseguiu, que é de
38 monitorar quem tem responsabilidade de fazê-lo. E para monitorar, precisa de alguns instrumentos
39 que é a meta e o objetivo. Mas quais são as estratégias que estão apresentando, para que possa
40 dizer que cumpriu parte ou não cumpriu? **Conselheira SOFIA DÉBORA LEVY** (CONIB) –
41 parabenizou a todos e ver que todas aquelas discussões árduas que tiveram no biênio anterior
42 resultaram em um documento que vê de forma bem clara, objetiva e reconhece vários pontos de
43 discussão que participaram. Entende a preocupação da Conselheira, na medida do possível, em que
44 forem surgindo as efetivas possibilidades de estratégias a serem implementadas. **Conselheira**
45 **MARIA DO ROSÁRIO DE HOLANDA CUNHA CARDOSO** (Representante do Ministério do
46 Planejamento) iniciou falando sobre a criação das agendas transversais. Isso foi um exercício que
47 fizeram internamente no Ministério do Planejamento, tentando selecionar, em todo o plano
48 plurianual, objetivos e metas que tivessem alguma ligação com as políticas públicas transversais,
49 para poder mostrar que o PPA, na realidade, não teve perdas nessa mudança de metodologia, pelo
50 contrário, teve ganho, porque agora ficam mais claras essas políticas transversais que são feitas por
51 diversos órgãos. No III Fórum Interconselhos, que foi organizado pela Secretaria Geral, o
52 Ministério do Planejamento informou que o PPA será monitorado pela sociedade por meio das

1 agendas transversais. Foram elaboradas oito agendas transversais que serão monitoradas pelos
2 diversos conselhos. São elas: agenda de criança e adolescente; agenda de política para as mulheres;
3 agenda de políticas para idoso; agenda de igualdade racial e comunidades quilombolas; agenda da
4 juventude; agenda de pessoas com deficiência; agenda de população LGBT e agenda de povos
5 indígenas. Essa agenda vai mostrar para vocês que a política de igualdade racial não se restringe
6 apenas ao Programa 2034 que a Lucy acabou de apresentar. Fazendo um levantamento, fazendo um
7 mergulho no anexo I do PPA, conseguimos verificar que existem 27 programas, 74 objetivos e 127
8 metas relacionadas com a igualdade racial ou com a questão dos quilombolas. Dentro do Programa
9 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, existe o objetivo 0713 –está na página 53 –, o
10 objetivo é garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo
11 adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e
12 atenção especializada. Há uma meta específica que é implantar em todas as 27 Unidades da
13 Federação do país a política de atenção às pessoas com doença falciforme e outras
14 hemoglobinopatias. E há uma outra meta de combate ao racismo também nesse objetivo. Essa
15 agenda vai mostrar vários outros programas temáticos e várias metas. A conselheira perguntou se
16 as estratégias estariam aqui. Não, porque, nesse trabalho, nós só selecionamos programas,
17 objetivos e metas. E a estratégia, que é justamente as entregas e arranjos para fazer essa política ser
18 implementada, está nas iniciativas. Mas se você acessar o anexo I do PPA, há o programa, todos os
19 indicadores, os objetivos, as metas e as iniciativas. É um arquivo grande, são mais de 300 páginas,
20 que contém todos os 65 programas temáticos do PPA 2012/2015. O Ministério do Planejamento fez
21 várias reuniões na ENAP, envolvendo os diversos Ministérios envolvidos com aquela temática, e
22 foi assim que foram construídas essas metas. Em algumas, aparece quando começa, mas, com
23 certeza, todas são para final de 2015, porque o PPA é de 2012 a 2015. E a informação que o Daniel
24 vai apresentar é justamente a respeito do monitoramento das agendas transversais. **O SR.**
25 **DANIEL AVELINO** (Secretaria-Geral da Presidência da República) – informou a razão de estar
26 tão empenhados nisso, juntamente com o Ministério do Planejamento, que está sendo representado
27 pela companheira Rosário, é porque a grande missão, a grande razão de ser desse órgão da
28 Presidência, desse Ministério da Presidência, que é a Secretaria Geral da Presidência da República,
29 é justamente tornar o Estado brasileiro e os órgãos públicos mais democráticos, e fazer com que a
30 sociedade efetivamente possa intervir e participar dos processos desses órgãos referentes às
31 políticas públicas. Essa é nossa razão de ser, é por isso que o Ministério existe. E com base nisso,
32 consegui identificar, numa boa parceria com o Ministério do Planejamento, essas questões
33 referentes a planejamento e orçamento públicos como essenciais para conseguirmos realizar esse
34 objetivo. Nós não democratizamos o Brasil, se planejamento público continuar sendo feito de uma
35 maneira fechada, sem a participação da sociedade. Nós não democratizamos os órgãos brasileiros,
36 se a sociedade não conseguir compreender, intervir e estimular os seus interesses na decisão sobre
37 o orçamento público. E era essa grande porta que precisávamos abrir, para fazer com que houvesse
38 esse efetivo diálogo. Não é uma tarefa fácil porque no nosso acúmulo histórico de formação do
39 Estado brasileiro, nós percebemos uma tendência de fechamento e não de abertura. Essas áreas
40 mais técnicas do governo, essas áreas que lidam com o conhecimento mais especializado, tinham
41 uma tendência de centralizar em si as decisões e os processos que alimentavam essa tomada de
42 decisão. O que aconteceu para mudar isso? Nos últimos 10 anos, com base no trabalho de pessoas
43 corajosas, tanto daquelas que estavam dentro do governo, quanto daquelas que estavam
44 pressionando de fora, conseguimos estabelecer pontos, abrir portas e estabelecer diálogos para
45 mostrar que planejamento público hoje no Brasil não é um planejamento confiável se ele não levar
46 em consideração a opinião da sociedade, que orçamento público hoje no Brasil não é um
47 orçamento democrático, se ele não levar em consideração os interesses e a opinião da sociedade. E
48 é esse processo que viemos construindo ao longo desses últimos 10 anos, de cada vez mais dar
49 abertura nesses espaços de planejamento e orçamento. A Rosário já mencionou que o atual PPA, o
50 que está vigente hoje, o plano mais Brasil, PPA 2012 até 2015, foi construído com esse âmbito,
51 com esse objetivo. É um PPA que foi construído com a participação dos Conselhos Nacionais
52 como representantes da sociedade. Esse Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

1 esteve lá muito bem representado ao longo dos nossos fóruns interconselhos. A opinião que foi
2 levada a esses fóruns foi depois analisada e boa parte dela incorporada ao atual PPA. Então, esse
3 documento que vocês estão vendo, que foi apresentado pela SEPPIR, as agendas transversais que
4 foram apresentadas aqui pelo Ministério do Planejamento, não foi um documento que surgiu da
5 cabeça dos técnicos do governo, foi um documento efetivamente construído e submetido à
6 sociedade, para que houvesse uma crítica, uma avaliação, uma construção conjunta. Dá para
7 falarmos isto com bastante orgulho, que conseguimos chegar a esse ponto. Mas aí vêm outras
8 questões. Isso basta? Basta termos participação na elaboração de um documento desse e pronto?
9 Podemos nos despedir das pessoas que participaram e marcar outro encontro para daqui a quatro
10 anos, quando formos elaborar o próximo PPA? Não, isso não é suficiente. O que nós precisamos é
11 fazer com que esse documento, que teve essa participação social na sua elaboração, possa ser
12 também apropriado, dominado e conquistado por aquelas pessoas, organizações, movimentos e
13 entidades que ajudaram a construir, para que possam verificar se, efetivamente, esses
14 compromissos estão sendo cumpridos. Porque não adianta nada nós colocarmos esses
15 compromissos aqui e eles não saírem do papel. Daí é que vem a importância do monitoramento
16 participativo do PPA, que é isso que estamos tentando construir agora. A participação social no
17 PPA não é inédita, já aconteceu em PPAs anteriores, mas essa estratégia de participação social
18 continuada, permanente e no monitoramento do PPA, isso é novidade, estamos fazendo pela
19 primeira vez na história do Brasil. Lógico que é um processo ainda em fase experimental, vamos
20 ter alguns ajustes para fazer ao longo do desenvolvimento dessa ideia. É um aprendizado tanto para
21 nós quanto para a sociedade civil, mas já é algo garantido e conquistado. Como Rosário bem
22 comentou com vocês, no III Fórum Interconselhos, realizado em novembro do ano passado, foi
23 feita esse pacto de que o PPA vai ser submetido periodicamente aos conselheiros, aos
24 representantes do Fórum Interconselhos, para que possam apreciar e discutir internamente em cada
25 um dos seus conselhos e levar sua opinião, sua crítica de volta para o governo federal. E esse
26 monitoramento será feito com base nas agendas transversais, que já foram apontadas por Rosário,
27 de maneira que esses segmentos populacionais e esses temas específicos possam ser monitorados
28 pela sociedade. Conseguimos também avançar um pouco mais. Na semana passada, concluímos
29 um processo de elaboração de propostas para a LDO, que é outro instrumento relacionado a
30 planejamento e orçamento público. E vamos continuar avançando no sentido de termos também
31 uma participação maior, na elaboração, inclusive, da lei orçamentária anual. Ou seja, os espaços
32 que estamos conquistando, estamos garantindo e estamos avançando para abrir novas portas para
33 que a sociedade possa participar do debate e da discussão sobre esses temas. É nesse sentido que
34 fico muito feliz. É uma alegria muito grande quando escuto a fala de vocês, especificamente da
35 Conselheira Valdecir, que mencionou aqui a impressão que ela tinha a respeito do PPA, porque é
36 para isso, como Valdecir falou e descreveu a maneira como viu o PPA, que temos nos esforçado
37 tanto de 2011 para cá. É exatamente para que conseguíssemos fazer com que esse resultado
38 acontecesse, que vocês, conselheiros, especificamente conselheiros da sociedade civil, em especial,
39 pudessem pegar um instrumento como o PPA, ler e entender o que está escrito ali, saber que no
40 instrumento do PPA, nós temos as metas e que essas metas já não são mais uma discussão ou
41 possibilidade, algo a ser construído junto com o governo, elas são leis. Elas são leis! E uma das leis
42 mais importantes que temos no governo brasileiro hoje, que é a lei do PPA. Do ponto de vista de
43 movimento social, a nossa Secretaria Geral da Presidência da República é o órgão do governo
44 federal responsável por estimular e articular essa interface entre governo e sociedade, então, nós
45 lidamos muito com essas demandas de movimento social. Para os movimentos sociais, para a
46 organização da sociedade civil, isso daqui é essencial. A leitura das agendas transversais, a leitura
47 do PPA é essencial, porque aqui já mostra para todo mundo, para sociedade inteira com o que o
48 governo já se comprometeu a fazer, quais são aquelas ações, objetivos, números, pode ser uma
49 meta quantitativa, pode ser uma meta mais qualitativa, mas aqui já mostra com o que o governo se
50 comprometeu a fazer. Nós não precisamos mais disputar para que isso entre na agenda pública,
51 precisamos disputar para que seja cumprido. Há um comando presidencial, que é representando por
52 todo aquele anexo do PPA, voltado para o conjunto do governo Federal, estabelecendo que tem de

1 ser cumprido até 2015, e não se discute. Então, percebam, se aqui conseguirmos fazer essa análise
2 e percebermos que nessas metas do PPA há muitas coisas que coincidem com as pautas dos
3 movimentos sociais, nós não precisamos mais brigar para que essas pautas sejam assimiladas pelo
4 governo, precisamos brigar para que isso seja cumprido. E é por isso que entendemos, nós da
5 Secretaria Geral da Presidência da República e também os companheiros do Ministério do
6 Planejamento, que o monitoramento do PPA, dessas metas constantes do PPA, é essencial, é
7 politicamente estratégico para os movimentos sociais, para as organizações da sociedade civil, para
8 que tenham em primeira mão essa informação sobre aquilo que o governo já se comprometeu a
9 fazer e o que ele efetivamente está cumprindo. Para fechar, ficam aqui dois desafios, dois convites,
10 duas sugestões que lançamos para esse Conselho. Primeiro, é conhecer esse documento, as agendas
11 transversais. Nós enviamos para vocês há pouco mais de um mês, mas podemos enviar de novo, se
12 for o caso. Não é uma leitura muito complicada, é bastante simples. Nós gostaríamos de ouvir de
13 vocês, de ter desse Conselho aqui um retorno se essas agendas transversais efetivamente coincidem
14 com as pautas que vocês acham que devam ser acompanhadas na área de promoção da igualdade
15 racial ou em qualquer outra área que esteja aqui listada nas agendas transversais. Esse é o primeiro
16 convite. Gostaríamos de ouvir vocês se essa seleção de metas que nós fizemos aqui para a
17 igualdade racial, se está adequada para as pautas e interesses desse Conselho. E o segundo desafio,
18 esse a já Rosário adiantou, é o seguinte, se temos compromissos especificados no PPA e se vamos
19 monitorar esses compromissos especificados no PPA, para ver se essas metas, físicas ou não, estão
20 sendo cumpridas, como fica a questão da Conferência Nacional de Igualdade Racial? Onde a
21 conferência entra nessa história? Nós já conseguimos fazer uma ligação entre PPA, orçamento e o
22 trabalho dos conselhos. O Conselho está sendo chamado a assumir essa função. Esse caminho já
23 está mais ou menos desenhado e vamos aperfeiçoar. Mas e a conferência? As conferências sabem o
24 que é o PPA? As pessoas que participam das conferências sabem desses compromissos que já estão
25 aqui assumidos pelo governo? As pessoas que vão participar das conferências sabem o que deve
26 ser modificado e priorizado aqui? Sabe como está execução orçamentária dessas iniciativas
27 vinculadas aos objetivos do PPA? Fica aqui essa sugestão para vocês, para pensarmos a esse
28 respeito, pelo seguinte, de todas as áreas que foram contempladas com agendas transversais, de
29 todas as agendas transversais que o Ministério do Planejamento está se dispondo a fazer, elaborar e
30 produzir essas informações, de maneira específica, com esse recorte temático, ou seja, agenda de
31 gênero, criança e adolescente, população indígena, idoso, pessoa com deficiência, a única delas,
32 pelo nosso levantamento, que vai ter uma conferência sendo realizada neste ano, é a área de
33 promoção da igualdade racial. Da mesma maneira que essa conferência é especial para vocês,
34 também é especial para nós, porque nessa conferência surge uma oportunidade, uma possibilidade.
35 Com a nossa ajuda e apoio, Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do
36 Planejamento, se houver a concordância de vocês e se vocês acharem que é o caso, é possível fazer
37 dessa conferência, uma conferência modelo, exemplar e piloto, em que os participantes da
38 Conferência possam receber uma informação como essa, específica, sobre a agenda de promoção
39 da igualdade racial, quais são os compromissos que o governo já assumiu nessa pauta; o quanto
40 desses compromissos já foram cumpridos e o que ainda falta ser cumprido. E em troca recebermos
41 também dos participantes da Conferência, no processo conferencial como um todo, etapas
42 estaduais, municipais, internacional, e receber como resultado da Conferência um produto
43 específico que, depois, possa ser aproveitado também aqui, também nesse formato. Possa ser
44 aproveitado para rever o PPA federal, para que possa ser aproveitado para rever a execução
45 orçamentária federal sempre num diálogo permanente. Então, sem querer adiantar ou detalhar
46 muito isso, até respondendo o que foi colocado pela Conselheira Valdecir, sobre esse desenho, essa
47 definição de estratégia especificamente, eu acredito que não seja unicamente um papel do governo,
48 mas é algo que construímos juntos e o Conselho tem papel muito forte, fundamental no desenho
49 dessas estratégias. Após apresentação, foi concedida a palavra para o Pleno, onde o mesmo depois
50 dos debates deliberou pela solicitação de adiamento por 10 dias a resposta ao MPOG devido o
51 debate no Pleno acontecer na véspera de encerramento do prazo para envio do relatório. **ITEM 6 –**
52 **Plano de Trabalho 2013 e Grupos de Trabalhos do CNPIR: Apresentação:** Lucy Goes,

1 Secretária de Planejamento e Formulação de Políticas e Sergio Pedro, Secretário Executivo do
2 CNPIR. Depois da apresentação e debate no Pleno foi composta os Grupos de Trabalho conforme a
3 relação a seguir: 1- **Ações Afirmativas:** Maria Auxiliadora (MEC); João Carlos (ANCEABRA);
4 Ana Cristina (UGT); Paulino Cardoso (ABPN); Ualid Hussein (FEPAL); Estela Cardoso (FNMN);
5 Frei David (Educafro); Julia Reis (CUT); Rosangela Rigo (SPM). 2- **Juventude Viva:** Angela
6 Guimarães (SNJ); Cleidisson Junior (Enegrecer); Valdecir Nascimento (Notória); Sofia Débora
7 (Conib); Jurandyr Azevedo (CNBB); Cristian Ribas (UNE). 3- **Comunidades Tradicionais:**
8 Camila (ME); Aida Feitosa (MMA); Arilson Ventura (Conaq); Barbara Silva (Cedro); Helcias
9 Pereira (APN's); Paulo Axé (RAN); Solange Lisboa (MDS). 4- **Agendas Transversais do PPA**
10 **2012/2015:** Maria Conceição (AMNB); Julião Vieira (Unegro); Maria Lucia (MCTI); Maria do
11 Rosário (MPOG); Rosane Borges (Notória); Fernando Abreu (Fenafal); Angela Gomes (Notória);
12 Milena Medeiros (Casa Civil). **ITEM 7 – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de**
13 **Pessoas:** Saiu da pauta e passou para a próxima reunião ordinária. **ITEM 8 – Encaminhamentos:**
14 Foram aprovadas e deliberadas as seguintes propostas: 1) Reformulação do Regimento Interno do
15 CNPIR, a secretaria executiva do CNPIR apresentar proposta na próxima reunião; 2) Grupo de
16 Trabalho Informal sobre Relações Internacionais; 3) Agenda das questões raciais no Parlamento na
17 próxima reunião; 4- Participação de 2 membros do Conselho nos Seminários que acontecerão nos
18 Estados. **Item 7 – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente Interino do CNPIR,
19 **Lucy Góes da Purificação**, Secretária-Executiva Interina da SEPPIR/PR, encerrou os trabalhos da
20 39ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.